



ESPAÇOS E PODERES NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

**Amélia Aguiar Andrade
Catarina Tente
Gonçalo Melo da Silva
Sara Prata, eds.**



ESPAÇOS E PODERES
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 18

ESPAÇOS E PODERES
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
CATARINA TENTE
GONÇALO MELO DA SILVA
SARA PRATA
Editores

Textos seleccionados das II Jornadas Internacionais de Idade Média “Espaços e poderes na Europa urbana medieval” (Castelo de Vide, 5 a 7 de Outubro de 2017) e textos apresentados pela maioria dos docentes da Escola de Outono “Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval” (Castelo de Vide, 2 a 3 de Outubro de 2017).

Arbitragem Científica:

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta)
Alberto García Porras (Universidade de Granada)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)
Antonio Malpica Cuello (Universidade de Granada)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Filipa Roldão (Universidade de Coimbra)
Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
Jean-Luc Fray (Université Clermont Auvergne)
José Avelino Gutiérrez González (Universidade de Oviedo)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2013.

Título	Espaços e poderes na Europa urbana medieval
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem da capa	“Castelo de Vide”, António Manso / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Colecção	Estudos 18
ISBN	978-989-99567-8-0 (IEM) 978-972-9040-15-3 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Ricardo Naito / IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	XXXXXX/18
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Nota de abertura 11
António Pita

Apresentação 13
Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata

PARTE I

Reflexões em Torno de Metodologias e Fontes 17

La fabrique de l'espace de la ville. Quelques renouvellements des approches heuristiques et méthodologiques 19
Denis Menjot

História do Urbanismo: investigação, fontes e instrumentos 39
Luísa Trindade

Fuentes de informacion para el estudio de los espacios urbanos 79
Beatriz Arízaga Bolumburu

Sinais multiformes de identidade os arquivos familiares de elites urbanas medievais 101
Alice Borges Gago

Un planteamiento inicial para el estudio de las alcaicerías en ciudades secundarias del Reino Nazarí. El caso de Guadix y Baza 129
María del Carmen Jiménez Roldán

PARTE II

Marcas de Poder no Espaço Urbano 149

La Madinat-al-Hamra como un espacio del poder en Granada 151
Antonio Malpica Cuello

Pouvoirs dans l'espace urbain et espaces des pouvoirs urbains à Bordeaux (XIII^e-XVI^e siècles) 171
Michel Bochaca

La fabrique urbaine d'une petite ville médiévale par l'effet de l'interaction des pouvoirs : le cas de Billom.....	187
<i>Thomas Areal</i>	
Heráldica municipal e apropriação simbólica do espaço urbano medieval português	209
<i>Miguel Metelo de Seixas</i>	
Sinais multiformes de identidade: muitas dúvidas e algumas hipóteses em torno das sepulturas monumentais das elites urbanas na Lisboa do século XIV	231
<i>Carla Varela Fernandes</i>	
Poder e arquitetura urbana: a casa-torre no Porto Medieval	253
<i>Silvana R. Vieira de Sousa</i>	
PARTE III	
<i>Intervenções dos Poderes no Espaço Urbano.....</i>	265
Las transformaciones del espacio urbano. Ciudades y villas de la Castilla bajomedieval.....	267
<i>María Asenjo González</i>	
Laisser des traces. empreintes du pouvoir dans l'espace urbain du Saint Empire Romain à la fin du Moyen Âge	311
<i>Gisela Naegle</i>	
Os espaços dos mesteres nas cidades medievais e nas suas periferias: Tipologia e metodologia de análise.....	337
<i>Arnaldo Sousa Melo</i>	
O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga.....	359
<i>Maria do Carmo Ribeiro</i>	
Las políticas de los concejos portuarios para garantizar el abastecimiento en el Norte de la Península Ibérica durante la Baja Edad Media. Estudio del caso de Laredo (España).....	381
<i>Javier Añibarro Rodríguez</i>	
Um equilíbrio de poderes: distribuição populacional e direitos paroquiais em Coimbra (1377-1385).....	397
<i>Maria Amélia Álvaro de Campos</i>	

Confronto político e ideologias de poder em Braga na Baixa Idade Média: Rebelião, coerção e obediência no último quartel do século XV	421
<i>Raquel de Oliveira Martins</i>	
O poder do tabelionato e da escrita na Lisboa dos séculos XIV e XV	441
<i>Ana Pereira Ferreira</i>	
A rede confraternal na cidade de Lisboa (séculos XIII-primeira metade do séc. XVI)	465
<i>Mário Farelo</i>	
PARTE IV	
<i>Perspectivas desde a Arqueologia</i>	493
A “cerca velha” de Lisboa na Antiguidade Tardia e Idade Média: novas leituras a partir das fontes arqueológicas.....	495
<i>Nuno Mota, Marina Carvalhinhos, Pedro Miranda</i>	
Uma mesquita no arrabalde ocidental de al-Ušbûna	521
<i>Ana Caessa, Cristina Nozes, Nuno Mota</i>	
Muralha, Tercenas e Judiaria. Evidências arqueológicas medievais na Baixa de Lisboa.....	537
<i>Artur Rocha</i>	
O Convento de São Domingos, em Lisboa, e a leitura arqueológica das suas hortas, entre os séculos XIII e XV	553
<i>Rodrigo Banha da Silva</i>	
“Um poder do outro mundo”: o demónio da Casa da Severa, Lisboa	571
<i>António Marques, Tânia Manuel Casimiro</i>	
Recentes descobertas em Mértola. Breve notícia	589
<i>Virgílio Lopes</i>	
Símbolos e marcas rupestres nas ombreiras e lintéis de portais do Centro Histórico de Castelo de Vide: Contributos para a sua interpretação	599
<i>Sílvia Ricardo, João Magusto</i>	
O Castelo de Alcácer do Sal. Da fortificação islâmica às transformações ocorridas durante o domínio cristão	617
<i>Marta Isabel Caetano Leitão</i>	

Nota de Abertura

As mais antigas referências historiográficas medievais acerca de Castelo de Vide assinalam a sua inclusão nos jogos do poder monárquico. D. Afonso III entrega Portalegre, Arronches, Marvão e a povoação que acabará por denominar-se Castelo de Vide ao seu filho D. Afonso Sanches. A ascensão ao trono de D. Dinis levará à reclamação do seu irmão Afonso Sanches de supostos direitos sobre o mesmo. A resposta do rei será o cerco da povoação de Vide, perante obras de fortificação levadas a cabo por seu irmão, manifestação do seu crescente poder, pela concentração de povoações e territórios nas imediações da Serra de São Mamede. O espaço castelo-vidense permanecerá em mãos de Afonso Sanches até à sua morte, sendo posteriormente objecto de significativas iniciativas desde o poder régio, tanto de D. Dinis como de D. Afonso IV, que reforçam a sua importância militar e socioeconómica. A proximidade com a fronteira castelhana levará, paralelamente, ao desenvolvimento da sua espectacular arquitectura defensiva e a articulação entre a coroa e os seus poderes – civis e religiosos – que, localmente, gerem este território, a sua economia e as suas gentes durante os séculos seguintes.

Este episódio e os eventos subsequentes põem de relevo o papel que a localidade de Castelo de Vide desempenhou neste jogo de forças, como espaço de expressão e consolidação de poderes.

Actualmente, Castelo de Vide é um município que procura preservar e divulgar o seu passado histórico, fortalecendo uma oferta turística baseada no património local, a par com um apoio crescente à investigação científica.

Neste contexto, foi com enorme prazer que a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais organizaram as *II Jornadas Internacionais de Idade Média – Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. O sucesso de duas edições consecutivas reflecte um evento que já ganhou o seu lugar na agenda dos medievalistas europeus e cuja relevância se consolida no programa cultural do município.

A edição de 2017 trouxe também a realização de uma *Escola de Outono*, onde alunos de mestrado e de doutoramento em estudos medievais participaram numa formação ministrada por investigadores provenientes de prestigiadas universidades. Ao acolher especialistas de diferentes contextos e gerações, Castelo de Vide assume-se como uma plataforma de reflexão e debate, fomentando a produção de conhecimento especializado sobre a Europa Medieval.

O presente volume expressa essa mesma vontade, reunindo uma selecção dos textos apresentados nas *II Jornadas* e na *Escola de Outono*, com o intuito de conferir um maior impacto e perenidade a estes dois eventos académicos. Esta publicação, apoiada pela Câmara Municipal, constitui-se como uma obra de referência e consulta obrigatória para a investigação actual sobre a Idade Média, a partir das dinâmicas dos espaços urbanos europeus.

A qualidade dos resultados obtidos são também fruto da união de esforços entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais, e ambas instituições merecem congratular-se por conformarem um exemplo louvável de colaboração entre o poder local e o âmbito académico, e que certamente continuará a garantir o sucesso de futuras edições.

Deste modo Castelo de Vide acredita que apoiando este tipo de iniciativas científicas alicerça a base dos conteúdos do futuro.

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Apresentação

Muitas iniciativas em torno da História Medieval conhecem uma primeira edição sem continuidade, devido a circunstâncias diversas que nem sempre dependeram da vontade dos seus organizadores. Não aconteceu assim com as *Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo de Vide*, cuja realização se iniciou em 2016. No ano seguinte, associou-se a esta atividade uma *Escola de Outono* destinada a estudantes de mestrado e doutoramento em Idade Média, que glosou o mesmo tema das *Jornadas: Espaços e poderes na Europa Urbana medieval*.

Entusiasticamente apoiadas pela Câmara Municipal de Castelo de Vide, estas iniciativas assumiam-se como um contributo importante para a continuidade do protagonismo atribuído, na NOVA FCSH, desde os anos 80 do século passado, à investigação sobre a cidade medieval. Uma linha que o Instituto de Estudos Medievais (IEM) fez também sua desde a sua fundação em 2002, procurando, no entanto, conferir-lhe uma perspetiva mais interdisciplinar através da presença da Arqueologia, da Literatura, do Direito, entre outros ramos do saber.

No momento em que esta obra vai conhecer a sua divulgação pública já decorreu a segunda *Escola de Outono* e estão iniciadas as *3^{as} Jornadas*. Tornou-se assim possível juntar numa profícua e dinâmica semana de trabalho, em Castelo de Vide, jovens investigadores, especialistas de referência e público em geral, em torno de temáticas de estudo da cidade medieval, promovendo uma aliança entre a investigação, a formação e a divulgação.

Mas, a riqueza dessas atividades só pode ganhar outra expressão e continuidade quando chega aos que não estiveram nelas presentes. Tal só se torna possível através da publicação dos textos apresentados e discutidos. O livro que agora se coloca à disposição do público pretende cumprir esse objetivo. Trata-se da publicação de uma seleção dos textos apresentados na *Escola de Outono: Espaços e Poderes na Europa Urbana medieval*, e nas 2^{as} *Jornadas Internacionais de Idade Média: Espaços e Poderes na Europa Urbana medieval*, depois de serem alvo de uma dupla avaliação por pares.

Assim, reúnem-se 28 artigos produzidos por 34 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França e Alemanha que cobrem uma ampla cronologia que se estende entre a Antiguidade tardia e o dealbar do século XVI, compreendendo não só distintos espaços políticos cristãos mas também os de presença islâmica como o Al-Andalus e o reino nazari de Granada. Tal permite perspectivas diacrónicas e, a possibilidade de estabelecer frutuosas comparações

O âmbito da temática proposta para a segunda edição das *Jornadas*, a articulação entre os poderes presentes na cidade medieval e a sua relação com o espaço urbano como local de atuação e representação, foi extremamente propícia à interdisciplinaridade, manifestando-se em profícuos debates entre historiadores, arqueólogos, especialistas de arquivística, paleografia e heráldica e ainda historiadores de arte. Daí que as fontes de informação que sustentam os trabalhos que aqui se publicam sejam muito diversificadas – documentos escritos, heráldica, vestígios materiais, iconografia, iconologia, cartografia, entre outros – contribuindo não apenas para a riqueza das abordagens realizadas mas também proporcionando ao leitor a possibilidade de conhecer abundante material ilustrativo pouco conhecido ou até mesmo, inédito. Mas, esta diversidade de perspectivas e problemáticas, de fontes e conseqüentemente de metodologias, tornam difícil encontrar um só fio condutor para esta panóplia de estudos.

Porém, tornou-se claro que, sobretudo da *Escola de Outono* resultaram textos mais preocupados com a reflexão teórica em torno de conceitos de espaço e do seu uso, uma vez que nesta temática, os limiares entre História Urbana e História do Urbanismo mutuamente se influenciam. E tendo a *Escola* objetivos de formação de estudantes de mestrado e doutoramento, era fundamental promover a análise crítica das metodologias a utilizar perante fontes tão diversas como são as que permitem a aproximação aos estudos da relação entre o poder e o espaço. Uns e outros integram a parte I deste volume denominada *Reflexões em torno de metodologias e fontes*.

As partes II e III qualificadas respetivamente de *Marcas de poder no espaço urbano* e *Intervenções dos poderes no espaço urbano* estão profundamente interligadas

e, de certo modo, completam-se pois, se por um lado se pretende desvendar os distintos aspetos da materialização dos poderes nos contextos urbanos por outro, os autores preocuparam-se em esclarecer de que forma os distintos poderes em presença usaram esse mesmo poder para garantir intervenções sobre os espaços urbanos e as suas vivências bem como tal influenciou a utilização desse mesmo espaço pelas sociedades urbanas.

A IV e última parte é reveladora da importância que a arqueologia urbana medieval adquiriu em Portugal, em anos mais recentes. Intitulada *Perspetivas desde a Arqueologia*, reúne um conjunto de estudos nos quais é evidente o cruzar dos resultados do trabalho arqueológico com a análise documental. Os casos de Lisboa e de Castelo de Vide localidades que, por vicissitudes várias perderam parte da sua memória medieval – Lisboa perdeu a quase totalidade do edificado e da tessitura medieval e, Castelo de Vide sofre de uma muito escassa disponibilidade de documentação medieval – revelam que a arqueologia se pode revelar fundamental para a recuperação e compreensão dos espaços medievais.

No seu conjunto, esta obra disponibiliza aos leitores muito conhecimento novo, muitas pistas de investigação e salienta a importância das perspetivas comparativas e interdisciplinares para melhor caracterizar a articulação entre o espaço e o poder na cidade medieval europeia. Contudo, a cidade medieval é um tema verdadeiramente inesgotável, assumindo um amplo conjunto de temáticas, perspetivas e metodologias, pelo que muitas outras muitas outras poderiam ter sido as temáticas tratadas, as perspetivas seguidas, as metodologias propostas.

Infelizmente, esta obra não permite registar a riqueza dos debates que animaram todas as sessões das *Jornadas* e todas as lições da *Escola de Outono*. Temos a certeza que essas trocas de impressões, essas sugestões, essas críticas e esses comentários foram muito importantes para todos os participantes e constituíram, por certo, importantes achegas para outras investigações. Esse é afinal um dos principais objetivos destas *Jornadas* e desta *Escola de Outono*: contribuir para mais e melhor investigação sobre a cidade medieval.

*

Os editores queriam ainda deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média*, *Escola de Outono* e publicação desta obra – um êxito, garantindo ainda a sua continuidade no tempo. Na pessoa do seu Presidente Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide o apoio incondicional a todas as nossas propostas que permitiu garantir a

sua realização e assegurar financeiramente esta publicação. Através da Dr.^a Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide a concretização, com muita descrição, mas sempre com a maior competência, dos pequenos e grandes detalhes que garantem o sucesso de um evento. Ao IEM, na pessoa da sua Diretora, Prof.^a Maria João Branco agradecemos o apoio financeiro a estas iniciativas e à publicação desta obra, esta última através do trabalho do Dr. Ricardo Naito no design e composição deste volume. A quantos participaram na *Escola de Outono* e nas *Jornadas* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos desta obra queremos deixar o nosso obrigado pois, na verdade, é com o seu contributo que se está a implantar um fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que esperamos venha a ter continuidade por muitos e frutuosos anos. E por fim, aos habitantes de Castelo de Vide, a sua hospitalidade especial e generosa tem sido um elemento fundamental no sucesso de todas estas iniciativas.

Lisboa, Setembro de 2018.

Amélia Aguiar Andrade
Catarina Tente
Gonçalo Melo da Silva
Sara Prata

Confronto político e ideologias de poder em Braga na Baixa Idade Média: *Rebelião, coerção e obediência no último quartel do século XV*¹

*Raquel de Oliveira Martins*²

Resumo

O século XV foi, em Braga, um período extremamente rico e dinâmico do ponto de vista político e social. As transformações políticas, sociais e económicas aportadas com mudanças no estatuto jurídico da cidade, em 1402, e depois em 1472-74, foram significativas e profundas, principalmente ao nível das ideologias políticas subjacentes à evolução dos poderes. Estas novas realidades políticas e sociais levaram a reajustamentos das estruturas políticas e dos atores sociais em Braga, causando em alguns períodos do

¹ Este estudo insere-se num projecto de Doutoramento em curso, realizado na Universidade do Minho em co-tutela com a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, intitulado: *O poder de governar. Instituições, ideologias e representações em Braga no final da Idade Média*.

² Bolseira de Doutoramento FCT SFRH/BD/100839/2014. Doutoranda em História Medieval, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho. Doutoranda em História da Idade Média na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Investigadora do Laboratório Paisagens, Património e Território (Lab2PT) e Laboratoire Médiévistique Occidentale de Paris (LaMOP). Email: raqueldoliveiramartins@gmail.com

século XV desconforto político e social. Este desconforto era, por vezes, manifestado de forma ruidosa e violenta, como foi o caso de um conflito bélico, de natureza política, ocorrido em Braga entre os anos 1477-1478, e que opôs o senhor da cidade, o arcebispo D. Luis Pires ao alcaide-mor de Guimarães, Fernão de Lima. Neste trabalho analisaremos a natureza deste conflito e tentaremos compreender algumas das dinâmicas político-sociais que estiveram na base deste tipo de acontecimentos, nomeadamente as ideologias, os motivos, as justificações.

Palavras-chave

Braga medieval, senhorio, conflitos urbanos, violência política, poder.

Political confrontation and power ideologies in Braga on the Late Middle Ages: Rebellion, coercion and obedience in the final years of the 15th century.

Abstract

The fifteenth century was, in the city of Braga, an extremely rich and dynamic period from the political and social point of view. The political, social and economic transformations brought by changes in the legal status of the city in 1402 and later in 1472-74 were significant and profound, mainly on the matter of political ideologies underlying the evolution of powers. These new political and social realities led to readjustments of political structures and social actors in the city, causing, in some periods of the fifteenth century, political and social discomfort. This discomfort was sometimes manifested in a abrupt and violent forms, as was the case of a political conflict occurred in Braga between 1477-1478, which opposed the city lord, the archbishop D. Luis Pires, to the Guimarães *alcaide-mor*, the noble Fernão de Lima. In this paper we will analyze the nature of this conflict and try to understand some of the political and social dynamics underlying this type of events, namely the ideologies, the motives, the justifications.

Keywords

Medieval Braga, lordship, urban conflicts, political violence, power.

“La fidélité et l’obéissance n’expriment pas seulement la vertu de celui qui sert: elles sont le reflet des vertus du gouvernant. L’obéissance est encouragée par le bon gouvernement, la bonne seigneurie (...)”³.

1. Introdução.

Os conflitos sociais urbanos de finais da Idade Média acompanharam a inequívoca evolução dos poderes políticos do ocidente medieval, sendo muitas vezes uma ação/reação à mudança (ou expectativa de) do paradigma político e económico vigente. Perpassaram toda a Idade Média, com diferentes graus de impacto na sociedade onde se manifestavam, dependendo da sua natureza (que poderia ser política, económica, social, jurídica, cultural, religiosa) e opondo as autoridades urbanas (o Senhor, o concelho, etc) contra um outro/outros poder(es)⁴.

Estes fenómenos traduziam-se geralmente em movimentos de contestação, que podiam ser violentos ou não, frequentemente limitados no espaço – uma cidade ou vila, e seu termo -, e no tempo (as revoltas não duram *ad eternum*, pela inviabilidade em todos os sentidos). Neste ponto é importante sublinhar que, essas dinâmicas de natureza contestatária, e de rivalidades entre poderes, se entrecruzaram com outras de carácter cooperativo e solidário, sendo estas últimas muito mais frequentes do que as primeiras, pois só assim se permitia a viabilidade política, social e económica das cidades. No entanto, nas alturas de conflito social, a contestação podia assumir várias formas, como simbólicas ou visíveis, ou ambas, usando muitas vezes como bandeira a ideologia do “bem comum”, justificando assim a sua existência⁵.

A historiografia em torno deste tema tem contado com cada vez mais títulos, principalmente no panorama historiográfico internacional, com destaque para as contribuições dos historiadores franceses, italianos e ingleses. No entanto, continuam a faltar mais estudos que estendam para além da análise política, o

³ LACHAUD, Frédérique – *L’Ethique du pouvoir au Moyen Age : L’office dans la culture politique (Angleterre, vers 1150-vers 1330)*. Paris: Editions Classiques Garnier, 2010, p. 147.

⁴ COHN JR., Samuel, K. – *Lust for Liberty. The Politics of Social Revolt in Medieval Europe, 1200-1425: Italy, France and Flanders*. Harvard University Press, 2008, pp. 76-107.

⁵ WÜRGLER, Andreas – “Revoltas urbanas” in *Dictionnaire historique de la Suisse*. Berna, 1998-2018. Artigo datado de 01/11/2012. Em linha www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F25758.php

estudo dessas revoltas urbanas e conflitos sociais na Idade Média, debruçando-se nas ideologias e nas motivações por detrás destas⁶. Recentemente, uma colaboração entre historiadores portugueses e espanhóis, impulsionou o estudo e análise do fenómeno dos conflitos políticos na península ibérica, demonstrando com exemplos concretos a transversalidade e frequência, dos movimentos conflituosos urbanos nos finais da Idade Média⁷.

Este trabalho insere-se no eixo temático dos conflitos políticos e sociais urbanos da Baixa Idade Média, no qual analisaremos um caso concreto de violência política em Braga, no final do século XV. Consideraremos o impacto político, as ideologias, os motivos e as justificações subjacentes a este episódio, não esquecendo o quadro complexo onde vários actores sociais, internos e externos à cidade desempenharam importantes papéis, contribuindo assim para a transformação da paisagem política da mesma.

2. Os antecedentes.

As transformações políticas, económicas e sociais ocorridas em Braga durante o século XV resultaram numa mudança de paradigma nas relações entre os poderes em convívio na cidade e no seu termo. Para isso muito contribuiu a transferência do senhorio da cidade de Braga, dos arcebispos para a coroa do reino em 1402, e que aportou uma alteração significativa do estatuto jurídico da mesma, levando a um reajustamento das estruturas de poder presentes na cidade, conferindo uma existência de direito àquelas que até então só existiam de facto (como no caso da instituição concelhia bracarense). Este marco político importante significou uma mudança do paradigma político, vigente nos três séculos anteriores⁸.

A cidade de Braga integrou assim, a partir desse momento, a vasta lista de cidades de senhorio régio, obtendo direitos e privilégios em conformidade com a

⁶ Um estado da questão muito completo e exacto é-nos dado por: COHN JR., Samuel, K. – *Lust for Liberty. The Politics of Social Revolt in Medieval Europe, 1200-1425: Italy, France and Flanders*. Harvard University Press, 2008, pp. 76-107.

⁷ Nomeadamente as obras coordenadas por José Antonio JARA FUENTE, a saber: *Discurso Político y Relaciones de Poder: Ciudad, nobleza y monarquía en la Baja Edad Media*. Madrid: Editorial Dykinson, S. L., 2017 e outra em co-coordenação com ADELAIDE MILLÁN DA COSTA intitulada *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016.

⁸ Veja-se SOUSA, Armindo de – “A governação de Braga no século XV (1402-1472) (História resumida duma experiência fracassada)”, in *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, vol. 2, Braga, 1990, pp. 589-616. Ainda, MARQUES, José – “O Senhorio de Braga, no século XV: principais documentos para o seu estudo”. sep. *Bracara Augusta*, 46, Braga, 1997; MARQUES, José – “Senhorio de Braga e arcebispos da independência”. in *Bracara Augusta*, Braga, 49 (116), 2000, pp. 127-174; COSTA, Adelaide Milán – “Comunidades urbanas de senhorio eclesiástico: a divergente experiência das cidades do Porto e de Braga”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

sua nova condição. Note-se que a cidade do Porto passou pelo mesmo processo três anos mais tarde, em 1405, numa clara política de centralização do poder régio por parte de D. João I. No entanto, o Porto conseguiu manter esse estatuto para sempre, ao contrário de Braga que viu o processo reverter-se após apenas 70 anos, em 1472. As cidades de Braga e Porto tiveram percursos político-administrativos em parte semelhantes, no período dos Condes Portucalenses, D. Henrique e D. Teresa. De facto, os prelados das duas urbes viram-lhes ser atribuídas Cartas de Couto naquele período – 1112 em Braga, e 1120 no Porto, transformando-as em senhorios episcopais. A diferença entre os dois coutos eclesiásticos residiu na atribuição de um foral à comunidade de homens livres do Porto, pelo Bispo D. Hugo, em 1123, realidade que, em Braga, parece nunca se ter verificado, condicionando assim a ação política das elites urbanas laicas.

Com a mudança de estatuto político em 1402, a comunidade de homens livres ganhou o direito à auto-representação política nas cortes do reino, movimentando-se os seus representantes numa esfera política mais alargada, mais influente, à escala do reino, e não apenas à escala regional. Este facto contribuiu para criar laços e fazer alianças, elevando ainda mais os “maiores” da terra aos olhos dos que por eles eram governados, e de quem, em teoria, deveriam ser a voz⁹. Este grupo de políticos, que se renovou *de forma endogâmica* ao logo do século XV, desenvolveu um tipo de discurso centrado na manutenção dos seus direitos e da sua condição privilegiada¹⁰. Para isso encetavam políticas de cooperação e solidariedade com quem oferecesse garantias de viabilidade dos seus projetos políticos.

Depois de 1402, para além dos atores sociais das esferas do poder bracarense, o arcebispo, o cabido, o concelho, o rei, os lavradores do termo e outros *ricos homens* (em que sentido? Homens de posses?) da cidade de Braga, uma nova figura política juntou-se à órbita do poder em Braga. Referimo-nos a D. Afonso, conde de Barcelos e senhor de Guimarães e mais tarde duque de Bragança. O seu poder sentiu-se na cidade, principalmente no século XV, coincidindo com o governo do arcebispo D. Fernando da Guerra¹¹, de quem se fez inimigo, e após a morte do prelado, quem morreu primeiro? Não foi o Duque? a sua influência na cidade parece ter-se intensificado. É no governo de D. Luís Pires e sucessores que o senhor de Bragança se vai impor como um Poder, usurpando tarefas que não lhe cabiam

⁹ SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Vol. I. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 206-210.

¹⁰ Sobre a composição socioeconómica do concelho de Braga veja-se MARTINS, Raquel de Oliveira – *O concelho de Braga na segunda metade do século XV – O governo dos honrados cidadaaos e regedores*. Braga: Universidade do Minho, 2013. Dissertação de Mestrado. Policopiada.

¹¹ D. Afonso, duque de Bragança faleceu em 1462, seis anos antes do falecimento de D. Fernando da Guerra. Os seus desentendimentos duraram muito tempo, mas intensificaram-se depois de D. Afonso ter obtido o título de Duque de Bragança em 1442.

por direito. De facto, são bem conhecidas as discórdias e desaguisados entre o Duque de Bragança e o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, durante a primeira metade do século XV, e que tinham como base diferentes interpretações de como deveria ser exercido o poder em Braga, depois desta cidade se tornar em senhorio régio, em 1402¹².

Como qualquer cidade medieval, Braga tinha também o seu próprio complexo esquema político, onde conviviam os diversos atores políticos e sociais. Já atrás referimos que para além dos momentos de cooperação e solidariedade entre as estruturas de poder urbano e os seus protagonistas existiam também momentos de clivagem política, que podiam transformar-se em atos contestatórios (violentos ou não) da autoridade.

Em Braga esses momentos existiram, durante o século XV, sendo uns mais ruidosos que outros, e polarizaram em campos opostos, as diferentes elites do poder. O denominador comum era sem dúvida a manutenção do poder político, económico e social. Felizmente estes momentos de tensão nunca se chegaram a traduzir em episódios violentos de conflito armado, excetuando aquele ocorrido no início do último quartel do século XV, e que foi perpetrado não só por forças políticas e militares alheias à cidade, mas também por parte da elite do poder de Braga, nomeadamente os *homens bons* que faziam parte da instituição concelhia bracarense. O ambiente de instabilidade começou, no entanto, muito antes.

3. A conjuntura.

Com a morte de D. Fernando da Guerra em 1468, e a sucessão deste por D. Luís Pires, a cidade de Braga conheceu um dos seus períodos mais difíceis, a nível político, social e económico. Pouco tempo depois de D. Luís Pires tomar o sólio bracarense, D. Afonso V decide devolver o senhorio de Braga novamente aos arcebispos.

Da análise de alguma correspondência efetuada entre o rei e o arcebispo pode subentender-se uma certa insistência por parte do monarca. Em duas cartas, provavelmente do final de 1471 e início de 1472, podemos ler¹³:

“Reuerendo arçebispo amjgo (...) me mujto prazeria por me a mym parecer cousa justa e rrazoada e que a uos e a essa uosa jgreja (...) eu queria tornar a uos e

¹² MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, pp. 1101-1105.

¹³ As cartas em questão omitem o ano, fornecendo só informações sobre o lugar, o dia e o mês. Contudo, analisando estas informações à luz da conjuntura da época, parece-nos que estes documentos são respetivamente de Dezembro de 1471, e de Fevereiro de 1472.

aos arçebispos depois de uos a jurdiçam desa çidade de bragaa e seu termo com todo o senhorio dela (...)”¹⁴.

Como não obtivera resposta favorável por parte do arcebispo ao pedido feito, insistiu de novo o rei, pouco tempo depois:

“Reverendíssimo arcebispo amigo Eu mandey a fernando de figueiredo que uos falasse algumas cousas de minha parte açerca deste escambo que uos mandey falar (...) qreede que muyto uolo agradecerey e me acreçentarees a uoontade pera folgar de trabalhar por toda cousa de nossa honrra e proueito em espeçial açerca desta penssam nom seendo cousa em prejuizo de dom aluaro meu muito amado sobrinho E se eu nom entendesse que este escainbo fosse seruiço de deus e bem dessa igreja çerto eu uos nom rogaria que o fizesseis (...)”¹⁵.

Foi necessário usar de alguma persuasão por parte de Afonso V para convencer o prelado bracarense a aceitar o senhorio de Braga. Apesar das reticências de D. Luis Pires, o senhorio de Braga foi finalmente restituído à Igreja, num processo que começou em 1472 e terminou em 1474, com o arcebispo a ser empossado senhor de *iure e de facto*, a 25 de Agosto desse mesmo ano¹⁶.

O contrato de restituição do senhorio *mero e mixto imperio* de Braga e do seu termo, aos arcebispos, ditou o fim de um *regime político* novo, que tinha durado sete décadas. No entanto, os 70 anos de vigência dessa nova experiência política, acarretada com a mudança no estatuto da cidade que passou de senhorio eclesiástico para régio, deixaram marcas e causaram impacto, não só no espaço físico da cidade, mas sobretudo, e mais importante, na consciência política daqueles que integravam as estruturas do poder, quer laicas quer eclesiásticas.

Não sabemos se as intensas negociações para a restituição do senhorio (pelo menos as mais diretas) envolveram apenas o prelado e o seu cabido, e o rei, deixando de fora outros protagonistas do poder com interesses políticos, económicos, na cidade, nomeadamente o concelho, os lavradores do termo, as elites políticas, sociais e económicas laicas de Braga, o duque de Bragança, etc. Ou se, pelo contrário, também envolveram alguns destes interesses.

¹⁴ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (doravante ADB), *Fundo do Cabido, Livro das Cartas Tomo I*, fl.7.

¹⁵ ADB, *Fundo do Cabido, Livro das Cartas Tomo I*, fl.4.

¹⁶ ADB, *Fundo do Cabido, Gavetas de Braga e sua Jurisdição*, docs. 22, 24. Os contratos de mudança do senhorio de Braga, tanto o de 1402 como o de 1472 (que entrou em vigor de *facto e de iure* em 1474), foram transcritos e publicados por José Marques em MARQUES, José – “O Senhorio de Braga, no século XV: principais documentos para o seu estudo”. sep. *Bracara Augusta*, Braga, 46 (1997).

Sabemos sim, que, o duque de Bragança, fronteiro-mor do rei nas comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, e ao que parece, muito ativo politicamente na cidade de Braga e no seu termo, mesmo antes da restituição do senhorio em 1472-74, continuou a desempenhar algumas funções em nome do rei (ou pelo menos assim o fazia crer), exercendo algumas das prerrogativas senhoriais destinadas ao senhor da cidade (o arcebispo) e aos seus homens. Numa carta de D. Afonso V dirigida ao arcebispo D. Luis Pires, a 20 de Dezembro de 1477, o monarca desculpa-se por algumas acções políticas do duque de Bragança, que seriam sérias ameaças ao contrato de transferência do senhorio de 1472-74. Lemos:

“(...) determjno e mando que o dicto contrauto descanbo seja compridamente gardado sseem mjnoa nem deffecto allguum assij determjno e me apraz que em comprimento e ffrmeza delle nom de priuellegeio nem mandado ha fronteiro allguum nem allguma outra pessoa per que em a dicta çidade nem em seu termo possa escusar pessoa allguma dos emcaregos e mandados do dicto arçebispo e sseus hoffçiaes nem pera apurar per sy nem per outrem os moradores da dicta çidade e de seu termo pera jrem a geera (guerra) ou armada ou ha outra parte ssee nom ssoomente per o dicto arçebispo e seus hoffçiaes como no dicto contrauto he contehudo (...) e porquanto ho duque de guimaraees meu mujto amado e prezado ssobrjnho deu por meu serujço per allgumas vezes mandados per que na dicta çidade e termo ssee apurarem allgumas gentes sem ho eu mandar nem ssaber”¹⁷.

Parece-nos claro que o duque de Bragança tivesse interesses políticos mais abrangentes em Braga, do que apenas ser o mero executor das ordens do rei. Ainda não se nos afigura completamente claro se este nobre, senhor de terras e de homens, extremamente poderoso e influente, queria governar Braga e seu termo, tornando-se seu senhor de facto e talvez de iure. Pese aqui o facto, muito importante de que Braga era *civitas*, sede arquiépiscopal, primaz das Espanhas, e estava muitíssimo próxima dos domínios territoriais do duque. E sendo uma cidade com estatuto de senhorio régio, ainda melhor. Poderia o Duque almejar que o monarca, como pagamento pelos serviços prestados, na guerra ou em outras causas, pudesse vir a

¹⁷ ABD, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 4, fl.1v. O documento em questão, uma carta de D. Afonso, faz parte de um conjunto documental, depositado no Arquivo Distrital de Braga, e que há altura da realização deste trabalho ainda não tinha designação arquivística. Foi transcrito e publicado há alguns anos, pela Dra. Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, antiga diretora do dito Arquivo, um dos documentos deste fundo, uma carta do arcebispo D. Luis, e datada de 1478. Ver VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de – “O último lampejo do feudalismo em Portugal”. *Revista Fórum*, 24 (1998-2), pp. 27-45. Este conjunto documental contém, porém, outros documentos relacionados com os eventos de 1477-78, como é o caso da carta acima referida.

atribuir-lhe o senhorio de Braga? Não esqueçamos que para além de outras vilas e territórios, era conde de Barcelos, exercendo também muito poder em Guimarães, duas vilas cujos termos limitavam com os de Braga. E se o duque tinha pretensões de estender o seu território, o seu *dominium*, então para ele contrato de restituição do senhorio de 1472-74, traduzir-se-ia num grande contratempo.

Como já atrás foi mencionado, o senhorio da cidade só foi restituído de *iure e de facto* em 1474, depois do papa confirmar o contrato e todas as alegações jurídicas feitas corroborando a idoneidade do mesmo, de que este era feito a favor da Igreja de Braga. Esta mudança de paradigma político deve ter causado algum desnorte no início, bem como alguns atropelos à nova ordem política e jurisdicional. É natural que demorasse algum tempo até que o novo contrato fosse lido e publicado aos visados, interessados e diretamente por ele afetados. Estas novas realidades políticas traduziram-se num reajustar das estruturas políticas, bem como uma nova adaptação a estas, dos atores sociais em Braga, causando em alguns períodos do século XV, desconforto político e social. Este desconforto era, por vezes, manifestado de forma ruidosa e violenta. Não sendo frequente, a violência, quando escalava, era difícil de conter. As partes oponentes arranjavam tantos apoiantes quantos pudessem, mesmo que estes tivessem sido seus inimigos anteriormente. Isso mesmo foi o que se passou em Braga entre os anos 1477-1478. Num conflito bélico, de natureza política, que opôs o senhor da cidade, o arcebispo D. Luis Pires ao alcaide-mor de Guimarães, Fernão de Lima, e os respetivos apoiantes, verificaram-se improváveis alianças políticas forjadas aparentemente em torno de um projeto comum: a mudança do paradigma político vigente, iniciado dois anos antes com a transferência do senhorio de Braga, da coroa (de novo) para os arcebispos.

4. A rebelião.

Foi pouco tempo após a entrega do senhorio de Braga novamente à Igreja e aos arcebispos que ecoam nos documentos notícias de instabilidade política e social na cidade e no seu termo.

Ao que tudo indica o contrato de 1472-74 não estava a ser cumprido, e as violações às cláusulas nele contidas sucediam-se. As violações mais graves eram perpetradas por homem ligado ao duque de Bragança, de seu nome Fernão de Lima, alcaide-mor de Guimarães. Exercia funções reservadas aos oficiais do arcebispo, nomeadamente a cobrança de rendas e o provimento da justiça, num claro atropelo à autoridade do senhor de Braga. Lemos:

“(…) asy pella çidade como pello termo tomarom quantos moyos nossos de pam e de vinho acharom asy nas egreias das nossas camaras como em maaos de quaaesqueer Rendeiros e devedores nossos E nom ssooamente esto Mas ajnda per sseus homees malfeitores ocupou e lançou maaop por nossas Rendas Reaaes da dicta nossa cidade .scilicet. portagens sisas e direitos asy da judaria como da cidade que ssom nossas defendendo que nom acudissem nem Respondessem com ellas a nos nem a nossos officiaes e feitores senom a elle E per esta guisa defendeo a todollos moradores do termo da dicta nossa çidade que nos nom deyom geyras lenha nem palha nem outros direitos e serujntias que nos em nossa egreja e dignjdade deles avemos daver nem obedeçam a nossos mandados nem venham a nosso chamado nem de nossos ofiçiaaes (...)”¹⁸.

Esta acusação por parte do arcebispo parece denotar que a nova realidade jurídica e política trazida pelo contrato de 1472-74, impondo novamente um domínio senhorial eclesiástico à cidade de Braga e seu termo, encontrou dificuldades ou até resistência à sua implementação de facto. Isto deve ter causado atrito e em alguns casos violentos confrontos protagonizados pelas partes em oposição – os que tentavam implementar a nova realidade política, e os que resistiam a ela. Estes últimos parecem ter-se unido em torno desse desejo comum, o de resistência ao novo poder, congeminando a sua derrota.

Parece ter sido este comportamento “insurrecional” por parte do alcaide-mor de Guimarães que ditou o descabro da relação entre este e o arcebispo. O primeiro não respeitava (e provavelmente não reconhecia) o novo senhor de Braga, desafiando a sua autoridade. Talvez uma declaração de fidelidade ao Duque de Bragança, seu verdadeiro senhor? Não sabemos, em todo o caso Fernão de Lima parece não se ter poupado a esforços para abalar a autoridade do arcebispo, desbaratando a sua cúria e alienando a base do seu poder. Numa carta datada de Novembro de 1478, escrita desde o Porto, para onde o prelado se tinha retirado, somos informados acerca disso mesmo:

“(…) E per esta guisa correo com nossos vigairos E offiçiaees E per mujtas vezes tentou de os matar ferir E deshonnrados os fez ffugir E sayr da dicta nossa cidade em tal quisa que de neçesario Nos conueeo mudar e ffazer vjir a corte da dicta nossa egreja pera esta cidade por se nom perder Justiça E sseer fecto direito aas partes (...)”¹⁹.

¹⁸ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.2.

¹⁹ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.2v.

Com a cúpula do poder, representada pelo arcebispo e o cabido, fora da cidade ficavam abertas as portas para a entrada de outro poder que assegurasse a governabilidade da cidade. Afinal as sementes da discórdia brotavam entre os vassallos do arcebispo, criando uma profunda cisão política-ideológica entre eles. Dividir para conquistar parecia ser o *motu* de Fernão de Lima, que conseguiu atrair para a sua causa boa parte da elite do poder de Braga, nomeadamente os *homens bons* do concelho, que se aliaram ao alcaide-mor de Guimarães contra o seu senhor natural²⁰.

As consequências deste ato de rebelião, como lhe chamou o arcebispo D. Luis Pires, foram certamente graves e perturbaram, pelo menos nos momentos de maior belicosidade, o normal funcionamento da cidade. Retirando algum possível exagero, as palavras do arcebispo que abaixo transcrevemos parecem ilustrar a gravidade da situação.

“(...) se per ventura o nosso ouujdor ou os nossos Jujzes ou os taballjaees e quaaeesquer outros ofiçiaaees da nossa justiça queriam Entender ou proueer sobre alguua Cousa asy acerqua dos malles que elle e os seus faziam e fazem como do bem e Regimento da terra per tal guisa os trauctaua E deshonnraua e ameaçaua e a poder de paancadas os atormentaua que ja mujtos messes ssm passados que na dicta cidade nom temos ouujdor Jujzes nem taballjaees porque todos Renunciaram os offiços com sseu temor e todo he já em seu poder delle E de sua molher e sogra e de seus sequazes e cunpliçes hursupando em ello nossa jurdiçom e Senhorio asy como Jnuasor (...)”²¹.

A esta altura já o leitor se deve ter perguntado como é que foi possível o alcaide-mor de Guimarães tomar a cidade pelas armas e usurpar quase totalmente a jurisdição de Braga. Estava a cidade indefesa? Onde estavam os homens de armas do arcebispo? O seu alcaide-mor? Não defenderam a cidade e o seu senhor? Tinham fugido da cidade? Ou tinham tomado também o partido de Fernão de Lima?

²⁰ O arcebispo forneceu alguns dos nomes dos homens bons de braga que se rebelaram contra ele e que desempenhavam ou tinham desempenhado cargos concelhios: “(...) affonso rrodriguez Joam afonso ferreiro jom afonso alfayate jom da cunha duarte gonçalo de meedellos jom (...) goja jom do couello jom fferrnandez vasco rrodriguez gallego ho Jrmaao de Ruy gonçallvez capateiro (...) diogo da sillueira jom rrodriguez do Ribeiro E jom martinz seus homeens de pee E fernam gonçalvez (...) seleiro E vasco diniz capateiro gonçalo gill barbeiro Jom vaaquez escripuam das sisas bertollameu (...) rreiro (...) albardeiro per sy e per outros seus (...) sequazes e mandatarios consselheiros e ajudadores e ffactores (...)”. – ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.2. A prosopografia do concelho bracarense na segunda metade do século XV foi feita por mim na minha dissertação de mestrado, apresentada à Universidade do Minho em 2013. Veja-se MARTINS, Raquel de Oliveira – *O concelho de Braga na segunda metade do século XV – O governo dos honrrados cidadaaos e regedores*. Braga: Universidade do Minho, 2013. Dissertação de Mestrado. Policopiada.

²¹ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl. 2.

A resposta a estas questões é-nos dada por D. Luis Pires. Vejamos:

“(...)veendo o que o dicto sacrellego escumungado que seus trabalhos ho nom ajudauom pera a tomada do dicto castello que elle muyto desejava daver pensou ajnda outro modo pera veer se o poderia acabar E ajuntou doutras partes que callamos tantos homees que com os sseus que elle Ja tinha pasauam de trezentos com mujta beestaria espingardas e outras armas e trouxe escaadas e outras artelharjas E pos todas suas forças E entender per que em todo modo ouuesse tomar E entrar per força o dicto nosso castello jurando alltas vozes e prometendo de nom perdoar a homem nem a molher nem a mjinjos que dentro achasse Mas que todollos trazeria aa espada e com esta ffuria e soberba (...) pos asejo sobre o dicto castello e ho çerquou de todallas partes com stançias e ffez guardar todallas estradas e camjnhos ppublicos por tal que os do dicto castello nom podessem aveer mantijmentos nem sobcorro dalguma parte E per tal guisa fez e pos suas stançias e palanques que os que dentro Jaziam nom podiam ffallar nem enujar carta nem esprito nem dar aviso pera fora nem podiam aver de fora pera dentro E per mujtos dias com suas noytes nunca çerrou de os combater e trabalhar E tirou as portas da dicta cidade de que fez fazer mantas com que se cobrissem e fizeram huum grande buraco nas torres principaaees pera entrarem o dicto castello per elle o qual oje em dia esta aberto danballas partes E fez poer o fogo aas portas do dicto castello per tres vezes e mandou destrujr e furar muytas casas que açerqua estauam E tanta foy a pressa e tribullacom e estreitura em que pos ho allcayde moor e os homees que dentro com elle Jaziam que já a ffama era per fora pella terra e avjam casy por certo que ja Eram entrados e trazidos todos aa espada (...) e como boos e ljaaees defensarom o dicto castello aos jmjgos que o nom poderam tomar nem Entrar (...)”²².

Como vimos, ficou na cidade de Braga um foco de resistência ao “invasor” Fernão de Lima e aos seus apoiantes. O alcaide do castelo de Braga e seus homens, fieis ao arcebispo estoicamente aguentaram o castelo, até chegar a tão almejada ajuda, evitando que fosse tomado pelo alcaide-mor de Guimarães. Foi a duquesa de Bragança, que a pedido de D. Luis Pires, enviou um pequeno exército para pôr fim à violência na cidade. Esta intervenção por parte da duquesa de Bragança parece ter movido Fernão de Lima a abandonar a cidade de Braga, se bem que por pouco tempo. Desrespeitando uma ordem do próprio Afonso V, que ao saber do sucedido

²² ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.2.

“(...) Já tanto mal em seu Reino nom podia consintir e que per força darmas o mandaua lançar fora da dicta nossa çidade (...)”²³.

Repare-se que a tomada do castelo de Braga era, para Fernão de Lima, imperativo. Se refletirmos bem neste aspeto, percebemos não só os motivos como também, as implicações dos seus atos. Se Fernão de Lima tivesse conseguido tomar o castelo da cidade, enviava uma mensagem política muito importante ao arcebispo, o senhor foragido. Com a capitulação de tão importante símbolo do poder militar e também político às mãos de um dos homens do duque de Bragança poderiam estar criadas as condições para a apropriação da cidade por parte do senhor de Barcelos e Guimarães. Este hipotético desfecho teria talvez mudado a história de Braga como a conhecemos hoje.

Fernão de Lima parecia querer eliminar da paisagem física da cidade todos os símbolos do poder eclesiástico, numa tentativa lograda de apagar da mente dos mais indecisos os vestígios do seu anterior senhor. Voltando à cidade, decidiu vingar-se por não ter conseguido entrar e possuir o castelo. Vejamos o que fez:

“(...) leuantosse com a nossa ssee e torres della e com outras torres e forças da dicta nossa çidade e com os nossos paaços Nos quaaees esteue per çertos dias e noytes com sua molher e todollos seus maaos homees e Roubou os dictos paaços de quantas cousas Nos E os nossos neelles tijnhamos e fez fazer neelles tanta destrujçom e dapnos que senom poderam Reparar senom por muy grande soma de dobras de ouro e nom leixou portas das camaras e casas sallas e janelas nem fechaduras nem ferrolhos nem ferros de chaminees nem paaos nem vidraças de janellas nem messas as mayores da espanha nem ssolhado que todo nom andasse aos machados e ao fogo afora o que ouueram mester pera sse afortellezarem na dicta ssee e torres e pera fazerem palanques nas Ruas stançias como de facto fezerom cortando E espedaçando e queimando a seu prazer asy como em bees de jnfiees e jmjgos E depois que asy todo acarretarom dos paaços pera a ssee nom confiando os dictos fernam de lima com os seus cunpliçes e sequazes na fortalleza dos paaços saíram sse deles e os leixarom em pardieiros aos porcos (...)”²⁴

Fernão de Lima não parece ter negado que tinha cometido estes atos contra a cidade e o seu senhor. Na inquirição mandada tirar por D. Afonso V²⁵, com

²³ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.3v.

²⁴ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.4.

²⁵ ADB, *Colecção Cronológica*, pasta 40, doc. 1288. Lemos: “(...)E por quanto se afirma serem cometidas em a dita cidade e termo mujtos agrauos malefficios de mortes de homens damnos e injurias que foram feitas

o objetivo de se apurarem as responsabilidades no sucedido, o alcaide-mor de Guimarães, em sua defesa, justificou os seus atos alegando que tinham sido a resposta a vários crimes cometidos pelo alcaide-mor de Braga e os seus homens, entre os quais um crime de homicídio contra um dos seus escudeiros. Recusava a ideia de que tinha invadido a cidade gratuitamente, salientando que só o fez porque o alcaide-mor de Braga, e o arcebispo recusaram a entregar-lhe o assassino, dada a sua imunidade (e impunidade) face às justiças de fora da cidade. Lemos:

“(...) he uerdade que per aluaro vaaz alcaide moor do castelo da dicta cidade de bragaa E asy outros criados do arcebispo da dicta cidade que no dicto castello estam sserem obrigados a Justiça por Rezam da morte de Joham uelho meu escudeiro que matarom ssem porque e asy per outros crimes que teem comjtidos ho dicto Senhor Rey hos manda prender a todallas Justicas dos sseus Reynos segundo sse contem em huum sseu aluara que aquy apressento per bem do quall eu Requery alguumas Justiças que mos ajudassem a prender por sserem pesoas poderossas E Jazerem dentro do dicto castello que he do dicto arcebispo (...)”²⁶.

Nada satisfeito com o facto de ser impossível um confronto directo com o alcaide-mor de Braga, Fernão de Lima parece ter descarregado as suas frustrações noutros homens do arcebispo que conseguiu apanhar, ferindo e matando alguns deles. O arcebispo lamentou o sangue derramado lamentando:

“(...) que diremos das mortes dos homees que os dictos fernam de ljma molher e sogra com grande crueza mandarom matar e acujtellar podemos com verdade afirmar que dhuum anno e meo a ca ssoamente dos nossos matarom çinquo dos quaaees alguns poderam vjuer se os elle leixara curar (...) E o que ajnda he mais destranhar que depois que Eram mortos nom queria consintir que os ffossem soterrar ne lhe fezessem sepulltura nem officio de chrixptaa (...) Em tanto que he muy çerto que pella tardança da sepultura ja os corpos ffeidiam tanto que se nom podiam chegar a elles os que os avjam de leuar aa coua (...)”²⁷.

ao dito arcebispo e ao alcaide do castello da dita cidade e a alguns outros moradores della E isto por causa de fernam de lima que em ella esta e viue contra vontade do dito arcebispo segundo elle diz e contra as clausulas do dito contracto e eu quero mandar a dita cidade tirar jnquirição ou emquirições e saber por bem de justiça quaes sam os culpados em hos ditos malefficios (...)”.

²⁶ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 2, fl.1.

²⁷ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.5.

Fernão de Lima parece não se ter ficado por aí. Segundo o arcebispo, o homem do duque de Bragança, depois de ver logrados os seus esforços de entrar no castelo, voltou a sua atenção para outro símbolo do poder eclesiástico: a Sé Catedral. Tomou-a, ocupou-a e fez dela sua casa, albergando nela a sua família e apoiantes. A descrição que D. Luis Pires faz desta ocupação merece ser aqui transcrita. Lemos:

“(...) e foramse pera a dicta nossa ssee honde asy ele e suas molher e ssogra e filhos fazem sua morada com toda sua malldicta familja E tanto que dentro foram taparom todollos portaaees de pedra e de cantaria e afirmasse por certo que pera ello tiraram as pedras grandes que estauam por coberturas em cima dos Mujmentos (monumentos) dos finados e leixaram os corpos ao aar E nom ssoamente tiraram as pedras dos mujmentos Mas ajnda aRancaram de todo aquella fonte sancta e consagrada pia de bautizar pella qual e da qual a santa madre egreia cada dia pella augua do sancto baptismo e pello esprito santo assy como de seu santo ventre Regeera e pare os sseus filhos chrixptaaos ao seu esposo Ihesus chrixpto E asy com todo o sseu assentamento sobre que estaua fundada o quall desfezeram a poseram por tapajem aas portas da parte de dentro com as dictas pedras que tiraram de cima dos mujmentose nom leixaram senom o postigo da porta principal pera sairem E entrarem (...) Roubou toda a terra asy da dicta cidade como do termo de bois e vacas carneiros porcos e aves sem conto e todo meteram dentro na ssee e dentro degolam matam esfolam chamusquam E espostejam todas aquellas alimalljas e gaados e afirmasse que dentro naquela pia de bautizar e Nos mujmentos dos finados sallgaram e sallgam as carnes e ally jazem na sallmoura E esso mesmo mandou meter dentro muyta farinha e mujto graao e mujtas pipas de vjnho E jnfijnda pedra e lenha e fora mujtas camas de Roupa E outras muytas alfayas pescados mantijmentos e legumes azeite vinagre que abastasem a elle E a sua molher e sogra e filhos e a todollos sseus mallfeitores (...)”²⁸.

É evidente que a esta narrativa do arcebispo D. Luis Pires, pejada da ideologia senhorial (tanto espiritual como temporal) se reveste de alguns exageros. Contudo parece-nos aceitável considerar que a ocupação da cidade pelas armas, e a tomada dos seus símbolos materiais do poder, por parte de Fernão de Lima e os seus apoiantes, tenha causado algum tipo de destruição na cidade.

Para o alcaide-mor de Guimarães, tudo o descrito atrás era justificável, alegando em sua defesa a autoridade que lhe tinha sido dada pelo rei para trazer os culpados à justiça. No entanto, os moradores de Braga estavam abrangidos pelas

²⁸ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.4.

cláusulas legais do contrato de 1472-74, e como tal sujeitos às justiças do arcebispo no civil e crime, reservando à coroa do reino as apelações no crime²⁹. Era óbvio que Fernão de Lima considerava que tinha a razão e a justiça do seu lado, apelando para o monarca que exercesse a justiça, já que esta não estava a ser feita em Braga. Alguns dos moradores e cidadãos de Braga depressa simpatizaram com a causa do alcaide-mor de Guimarães, abraçando-a como sua. Talvez almejando uma mudança de paradigma político e jurídico na cidade?

5. As consequências.

Não temos para já notícias de qualquer intervenção por parte do duque de Bragança nestes acontecimentos, nem sabemos se ele puniu ou castigou Fernão de Lima por causa da violência causada por este na cidade de Braga. Das sanções aplicadas apenas sabemos que Fernão de Lima foi banido de Braga e do seu termo por tempo indeterminado.

Para Afonso V era de suma importância que o contrato de 1472-74 não se violasse, pois as penas pecuniárias em que o monarca incorreria se isso se verificasse não eram de somenos. Talvez por isso o monarca se empenhe a fundo na resolução deste conflito violento, e tudo parece indicar que nos inícios de 1479, a cidade já vivia com alguma “normalidade”. O arcebispo D. Luis Pires regressou a Braga nesse mesmo ano, retomando as atividades inerentes ao seu cargo. Encontramo-lo por exemplo, em Outubro de 1479, no paço arquiepiscopal a receber a “menagem” do alcaide Sebastiam Lopez, do Couto e Torre de Ervededo³⁰. Contudo, o arcebispo esteve na cidade de Braga pouco tempo, pois veio a falecer no início de 1480, relançando a instabilidade política e social na urbe e seu termo.

Mesmo terminado o conflito, a estabilidade política e social da cidade estava longe de se cimentar. As feridas abertas pelo cerco militar a Braga, liderado por Fernão de Lima, ainda não tinham tido tempo de cicatrizar. A sociedade política bracarense tinha estado dividida e polarizada em campos opostos, e depois de assentado o pó era necessário castigar aqueles que se levantaram contra o seu

²⁹ Relativamente a esta questão consignava o contrato de 1472-74: “(...) E que com o dito senhor Rey e Coroa de seus Regnos fique na dicta cidade e no seu termo e nas pessoas e moradores della e dellinquentes a alçada somente do crime com seu exercicio convém a saber que elle dito senhor Rey e seus officiaees conheceram o crime em sua Corte per apellaçom ou agravo e mais nom salvo se alguã pessoa se querelar ao dicto senhor Rey que nos cassos em que o direito manda receber apellaçom ou agravo os officiaees do Arcebispo lha nom querem receber nem dar estromento d'agravo... E que outrossy o dicto senhor Rey nem seus sobcessores nom possam aver nem poer na dicta cidade nem em seu castello nem no termo correjedores ouvidores nem juizes nem alcaides nem outros officiaees que do dicto senhorio jurdiçom civil nem crime ajam de husar salvo no crime e esto per apellaçom ou agravo como susso dicto he (...)” – ADB, *Gavetas de Braga e sua Jurisdição*, doc. 22.

³⁰ ADB, *Colecção Cronológica*, pasta 43, doc. 1379.

senhor natural. O castigo dado aos “rebeldes” foi o anátema, proferido pelo arcebispo contra todos os que tinham estado contra ele, inclusive o próprio Fernão de Lima, a sua mulher, sogra, familiares, criados, e apoiantes. Para o arcebispo as acções destes últimos justificavam as duras medidas.

“(…) como de ffecto e per direjto posemos em elles E em cada huum delles com a malldiçom do todo poderoso deus e de sam pedro E de sam paullo e da santa egreja e nosso Sentença descumunham em espritos (...)”³¹.

O arcebispo D. Luis Pires não viveu muito mais tempo, falecendo em Março de 1480. Alguns dos visados pelo anátema de D. Luis Pires, nomeadamente *homens bons* pertencentes às elites do poder de Braga, continuaram ligados ao governo da cidade desempenhando inclusive magistraturas concelhias³².

A rápida sucessão de arcebispos foi provavelmente um dos fatores que contribuiu, e talvez potenciou, o ambiente de instabilidade política que a cidade atravessou até o final do XV. Após a morte de D. Luis Pires, em 1480, foi eleito D. João de Melo para o sólio bracarense. Este morreu quatro meses depois de chegar a Braga – um tempo demasiado curto para promover a concórdia e a tão almejada paz política e social. Nos momentos de Sé Vacante, o governo e a administração da cidade ficava a cargo do cabido de Braga. Ora, estes períodos em que não havia senhor, potenciaram alguns conflitos entre a instituição capitular e o concelho de Braga. Uns e outros questionavam a legitimidade da autoridade e do poder da outra, levando a conflitos abertos entre os capitulares e os magistrados concelhios. Numa carta de 1484 os magistrados concelhios queixaram-se dos abusos do cabido, ao novo arcebispo eleito, dizendo:

“Reuerendissimo Senhor os Juizes vereadores procurador e homeens boos da vossa cidade de bragaa fazemos saber aa uossa mercee que nos teemos que uossa mercee nom he sabedor que os Vigairos ouujdor e jujzes mjnistram em seus officios em uosso nome o que he cousa errada segundo nos he dicto e he cousa contra consciencia e muyto contra uosso seruiço (...)”³³.

A D. João de Melo sucedeu em 1481, D. João Galvão (irmão de Duarte Galvão), outrora escrivão da puridade de D. Afonso V e Prior de Santa Cruz. Embora tivesse sido eleito pelo cabido de Braga algum tempo após a sua nomeação

³¹ ADB, *Fundo dos Abreu Lima*, doc. 1, fl.6.

³² MARTINS, Raquel de Oliveira – *O concelho de Braga na segunda metade do século XV...*, pp. 56-89.

³³ ADB, *Fundo do Cabido, Gaveta da Sé Vacante*, doc. 9.

pelo rei, D. João Galvão nunca chegou a ser confirmado pelo Papa como arcebispo de Braga, continuando a cidade sem senhor³⁴.

Quase quatro anos após o conflito armado, as consequências ainda se faziam sentir, pelo menos para Fernão de Lima e a sua família. Numa carta dirigida ao cabido de Braga, D. João II pede que o agora seu copeiro-mor, possa andar pelo termo de Braga, sem ser capturado e preso.

“(...) nos roga e encomenda que cometamos os ffectos de fernam de lima fidalgo de vossa cassa e de alguns seus que sse querem livrar dos delictos passados ffectos em esta egreja e çidade (...) para sse livrarem desto por esta soo vez por sse escusarem escandollos e outros inconvenientes que sse poderia sseguir antre fernam de lima e ho alcaide moor deste castelo e outros criados do arcebispo dom Luis que aqui ssam moradores o que nos muito tivemos em serviço (...)”³⁵.

O conflito ainda estava lactente na memória de muitos, principalmente na dos capitulares, que tinham sido obrigados a fugir da cidade, perseguidos que foram pelo alcaide-mor de Guimarães e os seus homens. Por isso responderam desfavoravelmente ao pedido do rei, alegando que só quando houvesse arcebispo em Braga é que se poderia decidir sobre tal matéria. Fernão de Lima, sua mulher, sogra e familiares, continuariam banidos de Braga e do termo, até à chegada de um novo arcebispo, que de *iure e de facto* pudesse levantar as penas. Para tal teria de se esperar por D. Jorge Vaz da Costa, irmão do Cardeal Alpedrinha, que em 1486 começou o seu governo de cerca de 15 anos na cidade, encerrando um período de vacância no sólio bracarense, e de ausência de senhor na cidade de Braga.

6. Conclusão.

Como vimos ao longo destas páginas, a história de Braga no século XV conheceu importantes transformações político-jurídicas, que marcaram profundamente a cidade. As mudanças de senhorio de episcopal para régio em 1402, e de régio novamente para episcopal, em 1472, potenciaram um reajustamento das dinâmicas do poder em Braga e no seu raio de influência. Estas mudanças do paradigma político em Braga, parecem ter alavancado algumas das conflitualidades lactentes na consciência de alguns protagonistas do poder, detentores do prestígio social

³⁴ Por tudo isto veja-se a *História eclesiástica dos arcebispos de Braga*, pp. 263-280.

³⁵ ADB, *Fundo do Cabido, Gaveta de Braga e sua jurisdição*, doc. 27.

e político, levando a atos de rebelião contra os poderes instituídos. O caso de Fernão de Lima é paradigmático mostrando-nos como, na ausência de um poder político forte, como foi o caso de Braga depois de 1472-74, novos e concorrentes poderes conseguiram impor-se e subverter a ordem estabelecida, causando uma verdadeira cisão política e social na cidade, que haveria de durar muitos anos.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

Fundo dos Abreu Lima: Documentos 1, 2, 3, 4.

Fundo do Cabido:

Gaveta de Braga e sua jurisdição, docs. 22; 24; 27.

Matriculas de ordens, livro 4, cadernos 12 e 19.

Gaveta da Sé Vacante, doc. 9.

Livro das Cartas, Tomo I.

Fontes impressas

CUNHA, Dom Rodrigo da – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Reprodução Fac-Similada com apresentação de José Marques. Braga: [s/n], 1989. 2 vols.

Estudos

COHN JR., Samuel, K. – *Lust for Liberty. The Politics of Social Revolt in Medieval Europe, 1200-1425: Italy, France and Flanders*. Harvard University Press, 2008, pp. 76-107.

COSTA, Adelaide Millán da – “Comunidades urbanas de senhorio eclesiástico: a divergente experiência das cidades do Porto e de Braga”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

JARA FUENTE, José Antonio; COSTA, Adelaide Millán da (Eds.) – *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016.

JARA FUENTE José Antonio (Coord.) – *Discurso Político y Relaciones de Poder: Ciudad, nobleza y monarquía en la Baja Edad Media*. Madrid: Editorial Dykinson, S. L., 2017.

LACHAUD, Frédérique – *L’Ethique du pouvoir au Moyen Age : L’office dans la culture politique (Angleterre, vers 1150-vers 1330)*. Paris: Editions Classiques Garnier, 2010, pp. 147.

MARQUES, José – “Senhorio de Braga e arcebispos da independência”. *Revista Bracara Augusta*, 49 (116) 2000, pp. 127-174.

MARQUES, José – “O Senhorio de Braga, no século XV: principais documentos para o seu estudo”. *Revista Bracara Augusta*, 46 (1997). Separata.

MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

MARTINS, Raquel de Oliveira – *O concelho de Braga na segunda metade do século XV – O governo dos honrrados cidadaaos e regedores*. Braga: Universidade do Minho, 2013. Dissertação de Mestrado. Policopiada.

SOUSA, Armindo de – “A governação de Braga no século XV (1402-1472) (História resumida duma experiência fracassada)”. In *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*. 2º Vol. 1990, pp. 589-616.

SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490). Vol. I*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de – “O último lampejo do feudalismo em Portugal”. *Revista Fórum*, 24 (1998-2), pp. 27-45.

WÜRGLER, Andreas – “Revoltes urbaines” in *Dictionnaire historique de la Suisse*. Berna, 1998-2018. Artigo datado de 01/11/2012. Em linha www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F25758.php [consulta efectuada no dia 15 de Janeiro de 2018, às 18:24].

Reúnem-se nesta publicação 28 artigos produzidos por 34 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França e Alemanha que cobrem uma ampla cronologia que se estende entre a Antiguidade tardia o dealbar do século XVI, compreendendo não só distintos espaços políticos cristãos mas também os de presença islâmica como o Al-Andalus e o reino nazari de Granada. Tal permite perspetivas diacrónicas e, a possibilidade de estabelecer frutuosas comparações.

O âmbito da temática proposta para a segunda edição das Jornadas, a articulação entre os poderes presentes na cidade medieval e a sua relação com o espaço urbano como local de atuação e representação, foi extremamente propícia à interdisciplinaridade, manifestando-se em profícuos debates entre historiadores, arqueólogos, especialistas de arquivística, paleografia e heráldica e ainda historiadores de arte. Dai que as fontes de informação que sustentam os trabalhos que aqui se publicam sejam muito diversificadas – documentos escritos, heráldica, vestígios materiais, iconografia, iconologia, cartografia, entre outros – contribuindo não apenas para a riqueza das abordagens realizadas mas também proporcionando ao leitor a possibilidade de conhecer abundante material ilustrativo pouco conhecido ou, até mesmo, inédito.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

